

Instituto Federal Goiano – Campus Iporá

LEONARDO PAIVA VIEIRA

MARCO CIVIL DA INTERNET

Iporá – GO
Abril de 2018

Resumo

A lei nº 12.965, de 23 de Abril de 2014, mais conhecida com o Marco Civil da Internet, é uma lei que regula o uso da internet no território brasileiro, visando oferecer mais segurança para os usuários, fazendo que eles tenham a total liberdade para navegar na internet, ver o conteúdo que eles quiserem sem ter que pagar taxas adicionais. Fazer também publicações sem denegrir a imagem de outras pessoas. E os provedores ficam de fazer dos dados pessoais algo mais seguro, guardando os dados de acesso durante um período de seis meses para que se ocorrer algum problema, tem como rever as informações.

Introdução

Mais de 105 milhões de pessoas tem acesso à internet no Brasil, então para regular o uso da internet no território brasileiro teve-se que criar a lei nº 12.965, de 23 de Abril de 2014, que é mais conhecida por Marco Civil da Internet. Foi criada tanto como o propósito de dar mais segurança aos usuários tanto como colocar regras para que tudo fique mais organizado.

Marco Civil da Internet

Conforme a lei nº 12.965, de 23 de Abril de 2014, o Marco Civil da Internet foi criado para regular o uso da internet no território brasileiro, pois antes a internet era considerada sem dono, as pessoas podiam fazer o que bem quisessem dela, como por exemplo roubar dados pessoais, ferindo a imagem de outras pessoas. Com isso o Marco Civil da Internet impôs várias regras que visam o bem comum, fazendo de tudo para que as pessoas tenham a liberdade de produção, acesso e compartilhamento de qualquer tipo de conteúdo sem denegrir a imagem de outras pessoas, porém as pessoas não podem banir, somente a justiça tem esse poder. As empresas podem ser punidas se não retirar o conteúdo após o alerta.

Outro fator importante é a neutralidade, que impede que as empresas cobrem valores diferentes a partir do conteúdo que você acessa, como por exemplo limitar você de acessar um determinado conteúdo, cobrando taxas adicionais. Mas também o Marco Civil da Internet não é só para os usuários, mas também regula os direitos e deveres dos provedores de internet. Os provedores de Internet devem armazenar os dados de acessos de cada IP durante o período de 6(seis) meses, mas pode-se ter acesso a esses dados só sobre pedido judicial. Como vemos no Art. 15 “O provedor de aplicações de internet constituído na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos do regulamento.”. E também os provedores devem reter o quanto menos de dados pessoais levando em conta a privacidade dos usuários, isso tudo para evitar que as informações pessoais sejam vendidas ou ofertadas para empresas terceiras (nacionais ou internacionais) sem a prévia autorização do usuário. Os provedores devem oferecer um serviço igual para todos, ou seja, sem diminuir a largura de banda de quem faz o uso de um alto tráfego de dados. Várias organizações aceitaram o Marco Civil da Internet, pois ele é um modo em que ambos os lados se dão bem, tanto para os usuários e tanto para os provedores. Portanto todos tem seus direitos e deveres a serem cumpridos.

Conclusão

Conclui-se que o Marco Civil da Internet surgiu para colocar regras no modo em que as pessoas fazem utilizam a internet já que ela agora está na base de tudo. Fazendo que fica um meio mais respeitado onde as pessoas têm o direito de expressar, acessar, publicar, sem ferir os direitos das outras pessoas. Assim também, os provedores e as grandes corporações informacionais têm seus direitos e deveres como manter a privacidade dos usuários. Isso é muito bom, pois com isso evita constrangimentos e uma coisa desorganizada.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de Abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

BRASIL. Decreto nº 8.771, de 11 de Maio de 2016. Regulamenta a Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego.

O que é o Marco Civil da Internet. Produção de WCT Eventos. 2016, 3 min, son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NxIivtnQVAM>>. Acesso em: 13 Abr. 2018.

MARCO Civil da Internet. Produção de Cauê Moura. 2014, 6 min, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ho-ezu-f0_M>. Acesso em: 13 Abr. 2018.